

# Para sanear os Estados

JORNAL DA TARDE

7 OUT 1995

Essencial para a preservação e para o aprofundamento do programa de estabilização econômica, o saneamento financeiro dos Estados depende da aprovação da reforma administrativa — que permitirá, entre outras coisas, a redução dos gastos com pessoal —, mas não só dela. Exige também uma solução duradoura e não-inflacionária para o grave problema do endividamento dos Estados.

A dívida total dos Estados já supera US\$ 100 bilhões e cresce rapidamente. Se nada for feito, com urgência, chegar-se-á a uma situação explosiva, com graves riscos para o Plano Real. Por isso, também no que se refere à dívida dos Estados, o governo federal, que tanto tem se empenhado na aprovação da reforma administrativa, está disposto a cooperar para se encontrar uma solução.

Um estudo do Banco Mundial, no qual se mostra que o problema da dívida dos Estados chegou a um ponto que não pode mais ser resolvido da maneira como se resolveu no passado — com o perdão, puro e simples, ou por meio da inflação —, parece ter ajudado a convencer o governo federal da necessidade de se buscar uma solução de comum acordo com os governadores.

Já foi esboçado o plano para a dívida dos Estados. Nem os Estados lançarão toda a responsabilidade sobre o Tesouro Nacional nem o governo federal deixará de ajudar os governos estaduais.

Pontos desse plano foram publicados pelo jornal *Gazeta Mercantil*. O governo federal deve ajudar os

Estados a alongar sua dívida, por prazo de até 30 anos, e a reduzir seus custos. Serão criados mecanismos mais eficientes para a administração das dívidas dos Estados, como fundos que, lastreados em ações de empresas estatais estaduais, lançariam papéis no mercado.

Mas, nessa questão, o governo federal passaria a agir como faz o Fundo Monetário Internacional (FMI) com os países que buscam seu socorro: exigindo dos Estados o cumprimento de um programa de ajuste com metas claras. Isso imporá aos governos o compromisso de vender ativos para reduzir sua dívida e de ajustar suas finanças, seja com o aumento de receitas próprias, seja com severo controle de gastos.

Resta saber se, fechado um acordo desse tipo, os governadores estariam dispostos a cumpri-lo. Eles se queixam dos gastos com pessoal e dizem que só poderão reduzi-los depois da aprovação da reforma administrativa. Na verdade, desde que assumiram já poderiam ter feito muita coisa. Como mostrou levantamento publicado na terça-feira pelo **Jornal da Tarde**, de uma amostra de 3,287 milhões de funcionários de 22 Estados e do Distrito Federal, 500,9 mil (15,2%) não têm estabilidade e podem ser dispensados mesmo sem a reforma. Poucos governadores, entre os quais o paulista Mário Covas, demonstraram vontade e coragem políticas para demiti-los. Terão todos vontade e coragem para cumprir o que for negociado com o governo federal?